



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

N.º 4

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFFECTUADA EM 17 DE JUNHO DE 2006

Aos dezassete dias do mês de Junho de dois mil e seis, reuniu, pelas dezassete horas e doze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Informação do Presidente da CME acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;**
2. **Deliberação sobre a data de entrada em vigor do novo Regimento.**

A Mesa esteve formada por:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Verificada a ausência da **1ª Secretária**, Sra. Maria Helena Costa, o Sr. **Presidente** solicitou à bancada da CDU que indicasse um eleito para a substituir, tendo a referida força política nomeado a Sra. **Carmen Cangarato**. Posto este nome à consideração do plenário, apurou-se uma aprovação por unanimidade.

Feita a chamada, registaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Rui Rosado, Victor Saruga (em substituição de José Russo) José Palma Rita, Mafalda Troncho, Jorge Lourido, José Cardoso, Paula de Deus, M.ª Augusta Pereira, Francisco Chalaça, Nuno Lino, Nuno Leão, António Murteira, Elsa Lopes, Eduardo Luciano, Francisco Pândega (no lugar de José Simão), António Ramos, Carlos Grácio (em vez de Luís Pasadas), Jorge Gil, M.ª Margarida Fernandes, Baltazar Damas, Joaquim Cordeiro (em substituição de Fernando Nunes), Silvino Costa, Francisco Palaio (no lugar de Jerónimo Mendes), António Metrogos, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Galão, Felisberto Bravo, José Calado e António Frango (em vez de João Rodrigues).

Faltaram os(as) Senhores(as): Ana Maria Silva, Celino Silva, José Mateus, Isidro Lobo e António Maduro.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) António Dieb, José Barradas e Jesuína Pedreira.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** recordou que o 1º ponto da ordem de trabalhos estava destinado à tomada de posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança e para conferir maior eficácia à reunião, propôs que o referido ponto fosse retirado da agenda e que o acto de posse tivesse lugar de imediato. Posta a mencionada proposta à votação, foi ela aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Nesta conformidade, tomaram depois posse, ao abrigo da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, e do art.º 14º do respectivo Regulamento, os seguintes elementos do **Conselho Municipal de Segurança de Évora**:

- **O Presidente da Câmara Municipal de Évora, que preside**
Dr. José Ernesto Oliveira
- **O Presidente da Assembleia Municipal de Évora**
Dr. Luís Capoulas Santos
- **O Presidente da Junta de Freguesia de Canaviais**
Prof. Silvino Costa
- **O Presidente da Junta de Freguesia da Horta das Figueiras**
Sr. Baltazar Damas
- **A Presidente da Junta de Freguesia da Malagueira**
Arq.ª M.ª Margarida Fernandes
- **O Presidente da Junta de Freguesia de N.ª Sra. de Guadalupe**
Sr. António Metrogos
- **O Presidente da Junta de Freguesia de N.ª Sra. de Machede**
Sr. José Piteira
- **O Presidente da Junta de Freguesia de N.ª Sra. da Tourega**
Sr. João Valverde
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Antão**
Sr. António Ramos
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento do Mato**
Sr. João Ricardo
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Manços**
Sr. António Galão
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede**
Sr. Felisberto Bravo
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro**
Sr. José Calado
- **O Presidente da Junta de Freguesia da Sé e S. Pedro**
Sr. Jorge Gil
- **Um Representante dos Serviços de Protecção Civil**
Eng.º Luís Oliveira Rodrigues (Serviço Municipal de Protecção Civil)
- **Os Representantes dos Organismos de Assistência Social**
Sra. D. Jacinta Godinho (UDIPSSE/Centro Social de N.ª Sra. Auxiliadora/Caritas Paroquial)
Sr. Joaquim Emerenciano (FARPI/MURPI)
Prof. Silvino Costa (APPACDM de Évora)
- **Um Responsável das Associações Sindicais**
Sr. Ricardo Galhardo (Representante da União dos Sindicatos)
- **Cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal:**
Sr. António Gualdino;
Dr. Eduardo Luciano;
Dra. Maria Gertrudes Silva;
Dr. João Lázaro;
Dr. José Mocinho da Silva;
Cónego Manuel Barros;

Acta n.º 4 da sessão ordinária de 17 de Junho de 2006



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Dr. Nuno Lino;
Dr. Rui Rosado;
Dr. Victor Saruga.

Não compareceram a este acto as entidades que se passam a mencionar, as quais tomarão posse em próxima reunião da A.M.:

- **O Presidente da Junta de Freguesia do Bacelo**
Dr. José Mateus
- **O Presidente da Junta de Freguesia de N.ª Sra. da Boa-Fé**
Sr. Jerónimo Mendes
- **O Presidente da Junta de Freguesia de N.ª Sra. da Graça do Divor**
Sr. Isidro Lobo
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede**
Prof. Luís Pasadas
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião da Giesteira**
Sr. António Maduro
- **O Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Saúde**
Sr. Fernando Nunes
- **O Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Coelheiros**
Dr. João Rodrigues
- **O Representante do Ministério Público**
Dr. Edmundo Gonçalves (Tribunal da Relação de Évora/Procuradoria-Geral Distrital)
- **Os Comandantes das Forças de Segurança, bem como dos Serviços de Protecção Civil e dos Bombeiros**
Capitão Rogério Copeto (GNR)
Intendente José Ferreira de Oliveira (PSP)
Eng.º Augusto Rodrigues (Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil)
Comandante Almiro Martins (Bombeiros Voluntários de Évora)
- **O Representante do Projecto Vida**
Dr. João Almeida (Instituto da Droga e da Toxicodependência de Évora)
- **Um dos Representantes dos Organismos de Assistência Social**
Dr. Nuno Maria Cordovil (Santa Casa da Misericórdia de Évora)
- **Dois dos Responsáveis das Associações Económicas Patronais e Sindicais**
Eng.ª Ana Paula Teigão (Associação de Agricultores do Distrito de Évora)
Sr. Gaudêncio Cabral (Associação Comercial do Distrito de Évora)
- **Um dos dez cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal**
Sr. José Teixeira

Depois, o Sr. **Presidente** comentou: “Queria, a título pessoal e em nome de todos os colegas, desejar as maiores felicidades a este Órgão tão importante, a quem compete contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, para formular propostas de solução para os problemas da marginalidade, para promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social e sensibilizar a população para estes problemas, que são tão significativos no mundo de hoje e que afectam, de alguma forma, a nossa cidade”.

A seguir, o Sr. **Presidente** deu a palavra ao Sr. Presidente da CME.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **José Ernesto Oliveira**, na qualidade de Presidente do Órgão acabado de ser investido, frisou: *“Este Conselho é muito importante para uma das componentes da vida das comunidades, que é o problema da integração, porque todos estamos conscientes de que as questões essenciais relacionadas com a insegurança dependem duma sociedade que não aborde estas matérias duma forma resolutiva”*.

O Sr. **Palma Rita**, em nome da Bancada do PSD, deu os parabéns aos novos elementos do Conselho em causa e desejou-lhes um bom trabalho.

Por parte da bancada da CDU falou o Sr. **Jorge Lourido**, nos termos que se passam a revelar: *“Saúdo os membros do Conselho Municipal de Segurança e desejo-lhes uma missão profícua para o concelho. As questões da segurança são importantes, as quais mexem com a cidadania, mas não têm apenas a dimensão securitária que, por vezes, pode perpassar pela nossa ideia. Estou em crer que, no nosso concelho, os aspectos da segurança não são ainda preocupantes, existindo, no entanto, algumas situações pontuais que devem merecer toda a atenção”*.

Pela bancada do PS falou o Sr. **Rui Rosado**, que declarou: *“Sou, também, integrador do CMS e, nessa dupla perspectiva, gostaria de exaltar este instrumento autárquico de qualificação da nossa cidadania. A segurança, hoje, é um dos maiores indicadores de qualidade e a tradução da forma como nos organizamos e como todos nós partilhamos os problemas mútuos”*.

Findo o acto de posse, o Sr. **Presidente** deu início aos trabalhos, de acordo com a Ordem do Dia corrigida.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente** começou por falar no novo equipamento electrónico que vai controlar os tempos de intervenção de cada força política, segundo a grelha que for estabelecida, sendo nesta sessão apenas um teste experimental.

Depois, deu a conhecer que entraram na Mesa duas moções e uma recomendação, as quais foram numeradas por ordem de chegada, tendo solicitado ao 1º subscritor da moção n.º 1, que têm como título «**Projecto Skylander**», que a apresentasse.

O Sr. **Rui Rosado** descreveu o documento na globalidade, que fica apenso a esta acta.

Logo após, o Sr. **Abílio Fernandes** teceu os seguintes comentários: *“Este projecto já mereceu, da minha parte e do deputado José Soeiro, na Assembleia da República, um requerimento ao Sr. Ministro, no sentido de sabermos se o mesmo avança ou não, porque é de extrema importância para a nossa cidade”*.

Por sua vez, o Sr. **Palma Rita** declarou: *“O projecto Skylander é essencial para Évora e sempre mereceu a preocupação do PSD e por ele envidaremos todos os esforços, mas não podemos deixar de estranhar que a moção diga que o projecto está em fase adiantada de decisão, quando já se vem falando em tal desde Setembro de 2005, em plena campanha eleitoral, e que O PS venha pedir todos os esforços da Assembleia Municipal para ajudar a Câmara a solicitar ao Governo para aprová-lo.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Parece que a actual Administração Central não tem apoiado suficientemente o município eborense, apesar de ambas as partes serem da mesma cor”.

Adiante, o Sr. **António Murteira** afirmou: *“Eu também queria manifestar a minha admiração pelo teor dessa moção, tanto mais que na penúltima sessão da AME nós levantámos essa questão, a qual foi completamente desvalorizada por um membro da bancada do PS. Assim, gostaríamos de saber em que pé é que as coisas estão, para nós podermos perceber esse documento. Pela parte da CDU, podem contar connosco para que este projecto se concretize”.*

Então, o Sr. **Rui Rosado** esclareceu que o projecto estava com algumas indicações de implantação e opinou que já era altura da AME transmitir a sua força junto das entidades que podiam fazer a diferença.

Não se registando mais inscrições para uso da palavra, o Sr. **Presidente** colocou a moção em apreço à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Passando-se para a 2ª moção, intitulada «**Projecto Caipira**», o Sr. **Presidente** pediu à sua 1ª proponente que a apresentasse.

A Sra. **M.ª Margarida Fernandes** leu o documento na totalidade, o qual se anexa a esta acta.

De imediato, o Sr. **Rui Rosado** asseverou: *“Parece-me que esta moção não tem em consideração o número de recursos que dispõe a Freguesia da Malagueira, nomeadamente IPSS’s, a qual não dá espaço ao desenvolvimentos das respostas que existem e que podem ser organizadas, pelo que acho que não faz sentido que a mesma seja aprovada”.*

Face ao exposto, a Sra. **Margarida Fernandes** argumentou: *“De facto as coisas estão em aberto, mas na reunião de parceiros não foi apresentada qualquer solução de continuidade, tendo-se levantado apenas uma ténue hipótese, desde que houvesse uma IPSS que assumisse esta responsabilidade e não ficou algo consolidado. Penso que, pela mesma razão que aconteceu na moção anterior, fazia sentido nós dizermos às entidades de quem de direito que era importante a continuação deste tipo de intervenção na Freguesia da Malagueira”.*

Por seu turno, a Sra. **Paula de Deus** expressou: *“Esta moção, em comparação com a anterior, é um bocado abusiva à extrapolação, porque o «Skylander» é um projecto com uma designação própria e este já o foi, no âmbito duma candidatura ao programa «**Ser Criança**», que tem como objectivo criar condições para o desenvolvimento de iniciativas numa lógica territorializada que, de acordo com a sua consistência, poderão, ou não, ser absorvidos pelos territórios e pelas respectivas organizações. De qualquer forma, a Freguesia da Malagueira é uma das que possui uma forte dinâmica social e instituições, como a Associação Para o Desenvolvimento e o Bem Estar Social da Cruz da Picada, entre outras, que poderão, através da Segurança Social, fazer um acordo atípico, para integrarem este projecto.*

No ponto 1 começam por aplicar um termo que não será o mais adequado na lógica que defendem, que é exigir a continuidade do projecto e a extensão deste tipo de intervenção a todas as escolas do concelho, que, segundo o meu pensamento, é um pouco contrário àquilo que é o respeito pelas parcerias locais. Tanto no ponto 1 como no ponto 2 é perfeitamente inoportuno este tipo de moção”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Palma Rita** declarou posteriormente: *“Não julgo muito abusivo que a A. M. exerça pressão para que este formato de projecto, ou outro qualquer, seja aplicado em situações semelhantes, tal como não me pareceu impróprio a Sra. Paula de Deus dizer que deve ser a ADBES a fazer e não outra agremiação qualquer. O que está em causa é que tem que haver uma solução e não podemos esperar por uma coisa que suceda ao acaso, quando temos um formato que deu alguns resultados. Portanto, a nossa posição é a de votar favoravelmente este documento”*.

Não tendo surgido mais pedidos para debater a moção em causa, o Sr. **Presidente** pô-la à votação, a qual foi reprovada por maioria, com dezanove votos do PS contra, quinze votos a favor (onze da CDU, três do PSD e um do PS) e uma abstenção do PS.

Declaração de voto do Sr. **Rui Rosado**: *“O grupo municipal do PS votou maioritariamente contra porque o teor desta moção é extemporâneo, é perfeitamente demagógico e antecipa-se às respostas da comunidade local à reorganização e continuidade do projecto, através de um acordo com a Segurança Social”*.

Declaração de voto do Sr. **António Murteira**: *“Lamento a posição de uma parte da bancada do PS ao impedir que haja um diálogo entre as três forças políticas que possa contribuir para a solução de várias situações, porque os Senhores têm a maioria. Aqui deveria existir um espírito aberto e de diálogo, para tentarmos, em muitas matérias que não são de carácter ideológico, encontrar soluções para os problemas do concelho. A bancada do PS, tal como está a ser dirigida, está-se a transformar num elemento de obstrução, quer a nível do debate, quer a nível de consensos que se poderiam gerar aqui”*.

Passou-se de seguida à discussão do projecto de recomendação à CME, que tem como título «**Évora – Capital Nacional da Cultura/2007**», tendo o Sr. **Presidente** solicitado ao respectivo 1º signatário que o apresentasse.

O Sr. **Palma Rita** leu o documento por completo, que fica junto a esta acta.

Depois, o Sr. **Jorge Lourido** pronunciou: *“Nós iremos votar favoravelmente esta recomendação, mas gostaríamos de apresentar um ponto de ressalva, que tem a ver, essencialmente, com o tempo e com a possibilidade de preparar um evento desta natureza, na medida em que estamos em Junho de 2006. De facto, não me parece possível. Talvez uma iniciativa doutro género, de carácter cultural, que tenha um âmbito nacional e que seja marcante para a promoção da cidade, julgamos que seja mais ajustado”*.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** exprimiu que a bancada do PS gostaria de ouvir a opinião do Executivo sobre a proposta acabada de ser apresentada, para ficar a saber qual era o nível de interesse para a Câmara e a sua capacidade de exequibilidade.

Respondendo ao orador antecedente, o Sr. **Presidente da edilidade** referiu: *“Em princípio, não tenho nada a obstar a que a A. M. se pronuncie sobre as questões culturais. Apenas lembrava três aspectos fundamentais: **Primeiro** – Nós iremos comemorar este ano e em 2007 o 20º aniversário de Cidade Património Mundial e, nesse sentido, a Câmara preparou um vastíssimo programa cultural para o efeito; **Segundo** - A candidatura de Évora a Cidade Nacional da Cultura é uma história que começou em 2000, salvo erro, e foi retomada em 2001 e 2002, tendo, entretanto, a actual Ministra da Cultura resolvido suspender o respectivo programa, argumentando que é preciso fazer um*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

balanço àquilo que tem sido feito até agora, visando a implementação cultural e a infra-estruturação fora dos grandes centros urbanos, embora esta urbe mantenha a sua candidatura; **Terceiro** – Se concorrêssemos em 2007 e devido ao facto de estarmos já no mês de Junho, faria com que olhássemos com preocupação as reais condições para apresentarmos uma candidatura credível. Estando de acordo que é necessário continuarmos a pressionar o Governo para alcançarmos o objectivo traçado, penso, no entanto, que para 2007 já poderá ser um pouco difícil”.

Perante o explanado, o Sr. **Rui Rosado** enunciou: “Pela nossa parte, não querendo contrariar esta vontade de querer colocar Évora como Capital Nacional da Cultura, proporíamos que, em vez de 2007, fosse 2008, porque parece-nos que é colocar a Vereação perante dificuldades de exercício. Portanto, pedimos ao PSD a ponderação em relação à data ou até, eventualmente, ao próprio conteúdo”.

Então, o Sr. **Palma Rita** respondeu: “A recomendação fala na candidatura de Évora a Cidade Nacional da Cultura ou a outro programa de natureza semelhante, o que quer dizer que ela se mantém válida, tanto mais que os serviços do município já demonstraram, em pouco tempo, montar iniciativas nesta urbe, conforme aconteceu recentemente com a Selecção Portuguesa de Futebol, pelo que uma de natureza cultural também não há-de ser difícil preparar em 6 meses”.

O Sr. **Rui Rosado** retorquiu: “Penso que esta recomendação não tem qualquer tipo de cabimento, no aspecto de alternativa a outro programa semelhante, visto que Capital Nacional da Cultura é uma postura categórica de uma cidade. Não há necessidade que haja recomendação”.

Não existindo mais pessoas interessadas em falar, o Sr. **Presidente** colocou o projecto de recomendação à votação, que foi rejeitado por maioria, com dezanove votos contra do PS, treze votos a favor (dez da CDU, dois do PSD e um do PS) e duas abstenções (uma do PS e uma da CDU).

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. **Presidente** pôs à consideração do colectivo os projectos de actas:

- N.º 2, DE 28 DE ABRIL DE 2006

O Sr. **Abílio Fernandes** propôs as seguintes alterações:

- Pág. 23 – 26ª linha – Substituir «PASAR» por «**Programa Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais**»(PEAASAR);
- Pág. 23 – 40ª linha – Substituir «que é o princípio de perequação» por «quanto ao princípio da perequação»;
- Pág. 23 – 46ª linha – Colocar, a seguir a partidos políticos, «e todas as principais instituições de Évora» em vez de «todas as instituições de Évora»;
- Pág. 23 – 48ª linha – Pôr, após provocar, «sinergias» no lugar de «uma sinergia»;
- Pág. 23 – 48ª linha – Retirar «as investigações, os privados, que trazia» e acrescentar «públicas e privadas», depois de Instituições.
- Pág. 23 – 49ª linha – Cortar «em», após difíceis;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Pág. 24 – 1ª linha – Tirar «**e que**», a seguir a adoptar.

O Sr. **Jorge Lourido** chamou a atenção para o facto de apenas terem sido anexas ao documento as moções aprovadas, sugerindo que, futuramente, passem a ser apenas todas as que forem apresentadas.

Mais à frente, sustentou que a sua alocução inserta na pág. 3, 2º parágrafo, estava incompleta, propondo que se adicionasse: «**Caso o PS queira retirar esse ponto, nós tiraremos da nossa moção a frase que sofreu maior contestação**».

Como mais ninguém desejou intervir, o Sr. **Presidente** colocou o projecto de acta em apreço à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor e nove abstenções.

- N.º 3, DE 12 DE MAIO DE 2006

O Sr. **Nuno Lino** sugeriu a modificação que se passa a revelar:

- Pág. 12 – 2ª linha do penúltimo parágrafo – substituir «**EU**» por «**UE**», após pólo da.

O Sr. **Abílio Fernandes** propôs as seguintes alterações:

- Pág. 8 - 6ª linha do 2º parágrafo – Intercalar «**próprios**» entre «**interesses**» e «**dos munícipes**»;
- Pág. 8 – 7ª linha do 2º parágrafo – Cortar «**não**», depois de deputado; Tirar «**o seu**», a seguir a distrito, e colocar «**tem um**»; Retirar «**é**», a seguir a estatuto;
- Pág. 8 – 8ª linha do 2º parágrafo – Excluir a expressão, após órgão, «**que faz leis e tem que as votar**» por «**essencialmente legislativo**»;
- Pág. 8 – 9ª linha do 2º parágrafo – Intercalar «**essencialmente**» entre «**órgão**» e «**de reflexão**»;
- Pág. 8 – 11ª linha do 2º parágrafo – Intercalar «**muito cedo**» entre «**cumprir**» e «**e não podem ficar**».

Como mais ninguém desejou introduzir correcções ao documento, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, com as propostas de alteração mencionadas, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor e oito abstenções.

Ainda no Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. **Abílio Fernandes** alvitrou que se passasse a numerar, nas listagens da correspondência, os ofícios e os convites recebidos, de modo a facilitar os pedidos de cópias por parte dos membros da A. M..

O Sr. **Presidente** tomou a devida nota do apontamento, revelando que, futuramente, as ditas listagens passariam a ser numeradas.

Logo após, foram feitas várias interpelações à Mesa sobre o funcionamento das novas grelhas de tempos reservados a cada força política, tendo a mesma prestado os necessários esclarecimentos, de acordo com as regras definidas quer pela Lei, quer pelo futuro Regimento.

Findo o mencionado debate, o Sr. **Presidente** deu por terminado o PAOD.



PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente do Município** informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses Abril e Maio de 2006, destacando especialmente:

- A estadia da Selecção Nacional em Évora, de acordo com o que foi programado pela Direcção da Federação Portuguesa de Futebol e em articulação com a CME;
- A inauguração do Mercado 1º de Maio, cuja obra orçou em cerca de 4,5 milhões de euros, estando o seu espaço equipado com 14 bancadas para venda de peixe, 23 para produtos hortícolas, 6 talhos, 2 lojas de artesanato, 1 mini-mercado, 1 pastelaria, 1 tabacaria e um café;
- As comemorações do 25 de Abril, que decorreram em vários pontos da cidade;
- O prolongamento da ecopista desde a Graça do Divor até ao Monte da Sempre Noiva;
- A aquisição de 9 ha de terreno para a construção do Parque Desportivo Municipal, sito a norte do Bairro de Almeirim;
- A expansão do Parque Industrial, cujos trabalhos começaram em Abril, significando um investimento de 3 milhões de euros nesta 1ª fase, com garantia de financiamento por parte dos fundos comunitários;
- O Festival «**Injazz**», que é o maior que se realiza em Portugal (de bandas portuguesas);
- A realização da 6ª Feira do Livro, que mobilizou um grande número de livreiros da nossa cidade;
- A continuação do projecto «**3 Culturas**», que visa a dinamização dos espaços culturais dos municípios de Évora, Idanha-a-Nova e Mértola.

O Sr. **João Valverde** felicitou a autarquia pela realização do Torneio de Futebol Sub/15 Inter-Freguesias, dado que correu muito bem, não deixando de lamentar que não houvessem mais equipas participantes, para o tornar mais competitivo.

Mais à frente afirmou: *“Eu gostava que o problema dos ciganos na minha Freguesia fosse resolvido. Por outro lado, lembro que estamos quase no Verão e verifico que as valetas do nosso concelho não estão limpas, que há aceiros por fazer e se amanhã suceder um incêndio quem é o responsável? É o Presidente da Junta, que não sabe aonde se deve dirigir para resolver o problema?”*

Por último, quero frisar que os CTT estão a desenvolver, no concelho de Évora, um péssimo trabalho, na medida em que as cartas chegam atrasadas aos destinatários, em alguns casos com 15 e mais dias, mesmo que sejam registadas ou com aviso de recepção, já para não falar no serviço prestado pelos carteiros, que chegam a meter numa só caixa missivas endereçadas a várias pessoas. Eu acho que esta Assembleia e a CME deveriam manifestar junto dos responsáveis dos CTT desta zona que é preciso servirem melhor os utentes”.

Adiante, o Sr. **Eduardo Luciano** enunciou: *“Eu entendo que houve um claro exagero no embandeirar da cidade e uma importância desmedida com a presença da Selecção Nacional de Futebol entre nós, apesar de achar que era importante aproveitar esta oportunidade de divulgar o nome de Évora no exterior. Sobre esta matéria, eu gostaria que o Sr. Presidente da autarquia esclarecesse qual foi o valor real do custo para a Câmara. Isto porque o Dr. José Ernesto afirmou, numa entrevista que concedeu ao jornal «**Público**», que saiu no dia 31 de Maio, que a despesa andaria à volta dos 37.500 €, quando eu tinha a noção de que seria uma verba a rondar os 30.000 €.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por outro lado, congratulamo-nos com a abertura do Mercado 1º de Maio, mas gostaríamos de saber a razão de tantos lugares disponíveis, sobretudo na zona do peixe, e qual é o vínculo laboral dos funcionários que estão lá em serviço, ou seja, se fazem parte dos quadros da CME ou se foram transferidos para a empresa municipal que gere o equipamento.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, penso que é de lamentar a ausência de intervenções de carácter político, porque julgo que seriam necessárias para trazer à memória a importância desses acontecimentos, eles, sim, únicos e de extremo significado.

Relativamente ao Parque Desportivo Municipal, gostava de saber se será um equipamento fechado para práticas federadas, mesmo que amadoras, ou terá também uma componente de fruição e de prática desportiva destinada a todos os cidadãos? Ainda sobre este tema, porquê a prioridade dada ao campo de rugby em detrimento da pista de atletismo, por exemplo, sabendo-se que esta modalidade tem um maior número de praticantes?

Sobre a realização da Feira do Livro, pensamos que há que repensar o seu modelo e a forma como está concebida, visto que a mesma terá que ser mais do que as livrarias trazerem os exemplares de dentro das lojas para fora delas. Faltam, na nossa opinião, alguns aspectos essenciais, como o convite a autores da região ou nacionais com obras escritas acerca do Alentejo e iniciativas e debates temáticos com vista à divulgação de livros.

Gostaria de saber em que fase está a recuperação do Salão Central e que tipo de gestão está a ser equacionada para o espaço, com que parcerias e se há metas genéricas previstas para o seu término.

Por fim, talvez o Sr. Presidente da edilidade nos pudesse fornecer uma informação breve sobre a forma como decorreu a visita da Comissão Parlamentar de Saúde ao HESE, que apreciações e conclusões foram feitas e se já existem previsões para o início do projecto do novo hospital”.

Interveio seguidamente o Sr. **Palma Rita**, dizendo: “Eu fui interpelado por várias pessoas que possuem estabelecimentos de venda no Mercado 1º de Maio, que me fizeram um conjunto de reclamações sobre as condições de acondicionamento e de conservação dos produtos hortícolas, frutícolas e florais, uma vez que nesses espaços faz muito calor, causando a sua degradação. Neste sentido, eu pergunto à Vereação se tem recebido as mesmas queixas e se já encontrou soluções para resolver o problema?

Noutro contexto, o Grupo Municipal do PSD tem sido contactado por alguns dos produtores/vendedores instalados na Horta das Laranjeiras para manifestarem o seu desagrado pelas fracas condições que o recinto oferece, tendo alguns deles dito que haveriam soluções técnicas mais apropriadas noutros espaços, como, por exemplo, no edifício da antiga Rodoviária, onde não apanhariam tanto calor e frio. Os referidos comerciantes também transmitiram as suas preocupações por terem tido conhecimento que o mercado da Horta das Laranjeiras será para extinguir, ansiando eles por saberem se há uma alternativa pensada, por parte do Executivo, para resolver a situação”.

Falou depois a Sra. **Margarida Fernandes**, nos termos que se passam a revelar: “A propósito do apontamento do Sr. Valverde sobre os perigos de incêndio, a Freguesia da Malagueira possui imensos espaços devolutos, uns no interior do tecido urbano e outros muito próximos, que constituem perigo para a deflagração de fogos. Nós já fizemos seguir dois ofícios para a CME sobre o assunto, manifestando estas preocupações. Estamos disponíveis para colaborar, desde que acordemos os métodos, o que, quando e como fazer.

No que ainda respeita à segurança das populações, gostava de colocar duas questões pertinentes: **Primeira** – O estacionamento no Bairro da Malagueira é feito nos dois lados de cada rua por défice de áreas para o efeito, não se tratando de uma prática cívica desadequada, sendo que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*ambulâncias não conseguem passar para acudir aos necessitados; **Segunda** – A conduta da Rua do Arrife continua sem solução. Já pedimos à edilidade uma vistoria para nos deixar descansados, só que ainda não obtivemos resposta”.*

Posto isto, o Sr. **Nuno Leão** pronunciou: “Foi-me comunicado que as tasquinhas da Horta das Laranjeiras, durante a Feira de S. João, pagarão, cada uma, 300€ para despesas de manutenção (água, luz, etc.). Custa-me a crer que elas gastem, durante 9 dias de actividade, essa importância. Noutro âmbito, não sei se o Dr. José Ernesto está inteirado das várias ocorrências que têm sucedido na ecopista. Eu moro perto dela e sei de um caso alarmante que aconteceu, em que uma senhora de 81 anos foi atropelada por um ciclista, a qual ficou incapacitada. Eu acho que as regras devem ser impostas, para evitar problemas desta natureza”.

Entretanto, o Sr. **Nuno Lino** observou: “Eu lamento o acto de vandalismo político que constituiu a colocação de um mural, por parte da Juventude Comunista Portuguesa, na Praça de 1º de Maio, após o término das obras de requalificação, cuja atitude denota uma falta de cidadania, de civismo e de respeito pelos eborenses e pela Cidade Património Mundial”.

O Sr. **Francisco Chalaça** exprimiu posteriormente: “Queria felicitar a Câmara pelo êxito que foi a estadia da Selecção Nacional em Évora, não em termos desportivos, mas sim promocionais. Vir aqui alguém colocar em causa a quantia de 37.000 € para aquilo que foi a relevância que a urbe teve neste período e para o impacto que teve na opinião pública, é, no mínimo, algum desconhecimento como estas coisas funcionam. Quando o Sr. E. Luciano diz que não percebe porque é que foi uma oportunidade única, é porque a Selecção nunca tinha estado cá e nunca Évora teve um papel tão importante como agora, em termos desportivos. Aliás, quanto custaria a promoção duma cidade efectuada nos meios comerciais normais?

Congratulo-me também com a entrada em funcionamento do Mercado 1º de Maio e se isto só agora aconteceu foi porque só recentemente a Câmara teve condições para tal.

Para terminar, dou os parabéns ao Executivo pela excelente qualidade do Festival de Jazz, que foi um evento notável”.

Regressando ao uso da palavra, o Sr. **Palma Rita** acrescentou: “A propósito de se ter falado aqui em risco de incêndios, levou-me a recordar de uma zona da cidade onde isso pode suceder com facilidade, que é área envolvente ao AMINATA, aonde os pastos estão à altura das oliveiras e cobrem parcialmente alguns edifícios, pelo que eu gostaria que a autarquia tomasse as devidas providências visando evitar eventuais sinistros”.

Retorquindo ao discurso do Sr. F. Chalaça, o Sr. **Eduardo Luciano** expressou: “Penso que o Sr. tem um problema qualquer com a pontuação, na medida em que eu fiz uma pergunta, a qual não se pode considerar de retórica, porque se assim fosse eu faria a interrogação e dava a resposta. Não coloque afirmações onde eu pus uma questão.

Aproveito a oportunidade para transmitir a minha concordância com as palavras do Sr. J. Valverde, acerca do tema dos correios, e saúdo a luta que os trabalhadores dos CTT encetaram pela sua dignidade profissional, visando servir melhor as populações”.

Logo após, o Sr. **António Murteira** sublinhou: “Eu gostaria de inquirir ao Dr. José Ernesto se tem conhecimento e que medidas pensa tomar para combater a crescente insegurança que se está a verificar nalgumas zonas da cidade, concretamente no Bairro da Malagueira, onde estão a ocorrer roubos à tarde, continua a existir tráfico de droga, houve 15 dias seguidos de assaltos a carros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

tendo acontecido que houve moradores que saíram de casa com espingardas para perseguirem os assaltantes e só a intervenção da PSP os conseguiu acalmar? O problema existe e nós estamos dispostos, dentro das nossas poucas competências, a contribuir para a sua solução.

Ainda sobre o fenómeno do futebol, o mundo não é feito exclusivamente de publicidade, o qual tem que ser estudado nas suas várias dimensões e o Sr. Chalaça ao declarar que Évora nunca teve uma tal notabilidade por certo que não acompanhou os últimos 32 anos da vida desta cidade, na medida em que houve períodos em que Évora esteve nas cadeias das televisões de todo o Mundo por razões muito mais nobres do que o referido desporto”.

Seguiu-se um depoimento do Sr. **Rui Rosado**, nos termos que se passam a relatar: “Em matéria de qualificação urbana, é chocante para mim ver a urbe ocupada com cartazes colados numas latas ordinárias, colocadas no centro das praças pelo PCP, com coisas escritas de toda a maneira e feitio. Julgo que isto é uma falta de respeito pelo Regulamento de Publicidade e Propaganda. Nós temos responsabilidades políticas, de cidadania e para não dar exemplos deste tipo e deste mau carácter”.

Prontificando-se a responder às questões formuladas, o Sr. **Presidente da CME** começou por abordar as preocupações manifestadas pelo Sr. J. Valverde, acentuando: “Acerca do torneio de futebol, o que acontece é que a capacidade de realização da autarquia ainda está longe de ser aquela que nos deixaria satisfeitos.

Quanto à questão do risco de incêndios, não possuímos ainda máquinas preparadas, quer em termos técnicos, quer em termos humanos, para actuar em todas as zonas necessitadas. Estão a chegar equipamentos novos para podermos ser mais operativos nessa matéria, sendo certo que há contratação de serviços privados para desenvolver esse trabalho, nomeadamente em valetas, só que, provavelmente, ainda não chegaram à Freguesia de N.ª Sra. da Tourega.

No que concerne à distribuição postal, agradeço essa informação e tudo aquilo que me fizerem chegar será canalizado para a administração dos CTT, visando uma solução rápida do problema.

O Sr. E. Luciano abordou o assunto da Selecção Nacional, pois aquilo que a Câmara de Évora fez foi aproveitar uma oportunidade que lhe surgiu para promover as condições da urbe e do concelho, a economia regional e rasgar uma perspectiva de futuro neste domínio. A verba que nós gastámos corresponde a 25% da estadia da Selecção numa unidade hoteleira local, o que importou em 31.000 €, salvo erro.

Relativamente ao Mercado 1º de Maio, o compromisso era, primeiro que tudo, dar lugar àqueles que já eram operadores anteriormente e se ficassem lugares disponíveis, então abríamos concurso para os demais interessados, que são, de facto, superiores ao número de bancas.

No que toca aos funcionários, eles pertencem todos aos quadros da CME, com excepção do gestor do Mercado.

No que se reporta às comemorações do 25 de Abril, a decisão de não haver intervenções de cariz político foi concertada entre mim e o Sr. Presidente da AME, que optámos por não as efectuar.

No que se refere ao Parque Desportivo, não houve qualquer priorização ao Clube de Rugby, uma vez que o mesmo será aberto aos federados e não federados. O complexo será constituído por um campo de rugby relvado e por um outro, que terá uma pista de atletismo, prevendo-se que numa 2ª fase seja construído um pavilhão desportivo municipal.

No domínio da Feira do Livro, tomaremos em conta as suas anotações, nomeadamente essa sua sugestão de se convidarem personalidades da literatura a virem a Évora, que achamos perfeitamente pertinente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Com respeito ao Salão Central Eborense, tem um projecto que está em execução, o qual tem estado a ser discutido em reuniões sucessivas com a estrutura do CENDREV, que é a Companhia residente que irá ocupar e gerir autonomamente uma parte do imóvel.

O Sr. P. Rita falou no acondicionamento dos produtos hortícolas do Mercado 1º de Maio. Não me chegou qualquer comunicação sobre isso, até porque o equipamento possui ar condicionado. Vou-me informar para saber o que se passa.

No que se reporta ao mercado da Horta das Laranjeiras, como o Sr. deputado (P. Rita) sabe, o mesmo evoluiu para um negócio de intermediários, que exercem uma actividade legítima, mas pensamos que deverão praticá-la noutra espaço, nomeadamente no MARÉ. Estamos a pensar em colocar os produtores do nosso concelho e os dos concelhos limítrofes a venderem aos Sábados nos espaços circundantes ao Mercado, conforme acontecia antigamente.

Quanto ao apontamento da Sra. Margarida Fernandes, a vistoria à conduta foi feita, a qual concluiu que ela precisa de ser reparada, sendo que estamos à espera de um projecto do Sr. Arq.º Siza Vieira que trace as limitações arquitectónicas do espaço destinado à circulação automóvel e, particularmente, de autocarros naquela zona.

Acerca da intervenção do Sr. Nuno Leão, é bom que fique claro que não vai haver pagamento de tasquinhas. Apenas se pediu aos promotores delas uma comparticipação de 300 € para ajudarem a Câmara a financiar exigências que lhe foram impostas pela ASAE (Agência de Segurança Alimentar e Económica), designadamente água, esgotos e pavimento de madeira em cada stand e impedimento de confecção de produtos alimentares em contacto com a terra, tendo a Vereação chegado à conclusão que os gastos com as tasquinhas não seria comportável com o orçamento da Feira, que foi reduzido em cerca de 50%, relativamente ao ano transacto.

Com referência à ecopista, tenho conhecimento da ocorrência desse acidente, o qual apelido de lamentável. O Departamento de Ambiente e Qualidade da CME propôs-me que se abrisse duas vias com sentidos obrigatórios, tanto para pessoas como para ciclistas. Manifestei de imediato o meu desacordo, porque penso que é preferível reservar uma faixa para as bicicletas e outra para os passeantes/corredores. Em último caso, dever-se-á proibir o trânsito de bicicletas na zona urbana.

O Sr. A. Murteira fez alusão aos problemas de insegurança e posso adiantar-lhe que quero reunir com as entidades que formam o Conselho Municipal de Segurança, para tentarmos identificar de onde partem, sendo certo que na sua base estão fenómenos de natureza social de exclusão, entre outros”.

*Voltando ao uso da palavra, o Sr. **Nuno Leão** asseverou: “Sobre as tasquinhas, julgo que será só este ano que as pessoas terão que pagar os 300 € e que em 2007 volta tudo ao normal.*

Ainda acerca da ecopista, peço ao Dr. José Ernesto que interceda junto dos serviços para que o problema seja resolvido o mais urgente possível, pensando, obviamente, nos respectivos acessos. Imagine que surge uma situação grave. Como é que uma ambulância chega lá”?

*O Sr. **Presidente do município** respondeu: “Os acessos para as ambulâncias estão previstos no projecto da ecopista.*

No que concerne à primeira questão que colocou, o que eu afirmei foi que para este ano não foi possível doutra maneira. Em 2007 logo se verá”.

*Tornando a intervir, o Sr. **António Murteira** adiantou: “Ainda sobre o 25 de Abril e na minha opinião, liberdade pressupõe debate de ideias, pelo que a bancada da CDU alvitra que, futuramente, a AME promova uma sessão visando comemorar a data.*

Em relação à política cultural, eu não gosto da forma fragmentada como ela é apresentada neste documento e continuo a não ver uma ideia clara, nesse sentido, para a cidade de Évora, mesmo no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

caso das infra-estruturas. Que destino vai ser dado e como é que vão ser geridos os equipamentos desta urbe, nomeadamente o Teatro Garcia de Resende? A Câmara pretende, por aquilo que acabei de ouvir, tirar de lá o CENDREV e isso deveria merecer uma reflexão. Se é o momento oportuno? Quem é que vai substituir a Companhia?

No que concerne ao Salão Central, o Dr. José Ernesto referiu que não existem mais parcerias em perspectiva, só que soa-se por aí que o coreógrafo Rui Horta tem estado a falar com o Executivo sobre estas matérias, o qual possui legítimas ambições em ocupar, com os seus projectos, um dos espaços. Ora, como isso não foi dito, gostaríamos de saber se tal se confirma ou não.

Sobre os cartazes colocados pelo PCP nalguns espaços, eu acho graça que certas pessoas fiquem tão preocupadas com isso, mas não fiquem indignadas com a publicidade produzida pelas empresas capitalistas, que polui completamente o ambiente à entrada das cidades. Então, um partido que procura, causando o menor número de estragos possível, fazer a sua publicidade e passar a sua mensagem é um problema gravíssimo? Admito que, no caso da Praça 1º de Maio, valia a pena a JCP reflectir acerca disso”.

Refutando as declarações do orador antecedente, o Sr. **Nuno Lino** argumentou: “*Eu não vi qualquer superfície comercial pintar as paredes ou os chãos da Praça de Giraldo ou da Praça 1º de Maio. Aliás, o PCP também pôs faixas no 2º espaço supracitado e não me ouviu fazer referências a isso, dado que elas podem ser retiradas. Além do mais, o seu Partido também fez três murais na Av. S. João de Deus, sendo um deles alusivo a eleições ocorridas há meses. Há-de compreender que isso não são maneiras para uma cidade património mundial. Não está em causa o conteúdo mas sim o formato escolhido, dado que um dos murais mostra solidariedade para com Cuba. Eu sou solidário com os presos políticos cubanos que estão detidos por delitos de opinião. Cada um é solidário com aquilo que quer”.*

Também sobre o assunto em causa, o Sr. **Rui Rosado** opinou: “*Há em Portugal vários partidos e imagine (o Sr. Murteira) se cada um deles, tendo o direito à liberdade que evoca, colocasse no Largo das Portas de Moura uma lata igual às que o PCP lá põe. Parece-me que isto é completamente inadequado. É certo que o direito à informação é precioso e eu próprio gosto de ler os textos que os outros produzem, mas existe respeito pelo ambiente e este tem a ver com a qualificação urbana e não me parece qualidade urbana aquilo que se faz amarrados aos candeeiros das praças nobres da urbe. Há uns anos, ainda o Dr. Abílio Fernandes era Presidente da Câmara, eu enderecei uma carta ao Executivo a dizer que estavam colocados cartazes do PCP atados aos sinais de trânsito das rotundas, os quais foram retirados. Portanto, nós temos que ver o que é liberdade e o que é falta de respeito pelo espaço público”.*

Ainda acerca do mesmo tema, o Sr. **Victor Saruga** pronunciou: “*A tradição dos murais em espaços públicos foi reanimada aquando da perda desta Câmara por parte da CDU, por alguém que decidiu efectuar uma pinchagem nos próprios Paços do Concelho. Perante este exemplo, penso que foi uma atitude que se poderá desculpar.*

Por outro lado, julga-se ilegítimo pintar-se um graffiti ou afixar-se um cartaz com ideia de política autárquica. Então, eu pergunto: também será ilegítimo pintar-se um mural sobre política de saúde? É que temos a Praça de Giraldo cheia de pinchagens”.

Contrapondo ao apontamento do Sr. A. Murteira, o Sr. **Presidente da edilidade** afirmou: “*Eu sugiro à Mesa e aos grupos parlamentares da AME que se faça aqui um debate sobre as questões da cultura, para esclarecer se há ou não uma política avulsa e uma estratégia.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No que toca às parcerias, nós temo-las com várias entidades, designadamente com a associação «Eborae Música», com as companhias de teatro «PIM» e «A Bruxa», com os grupos «Pé de Xumbo» e «Cantares de Évora», etc.. É bom que se saiba que, para a ocupação de espaços, não existe qualquer parceria com o Sr. Rui Horta. O que acontece é que o mencionado coreógrafo possui formação em arquitectura e conhece muitos teatros e tem prestado algum apoio técnico à Arquitecta Ivone Chora no desenvolvimento de projectos”.

Em virtude de se ter falado em promoção de reuniões, o Sr. **Presidente** recordou ao plenário que, nos termos do art.º 16º do Regimento da A. M., constitui poderes dos seus membros apresentar propostas de agendamento, recomendações, pareceres e moções.

Seguidamente, o Dr. **José Ernesto** passou a dar conhecimento sobre o estado financeiro do município, tendo declarado: “Eu decidi fazer distribuir pelos membros da AME 4 mapas com o objectivo de se tentar perceber melhor a matéria, sendo de realçar que a situação melhorou um pouco em relação ao anterior relatório, no que respeita à cobrança de receitas, mas não deixa de ser preocupante o atraso verificado na transferência dos fundos comunitários, particularmente os que se reportam aos compromissos assumidos para com a CME por parte das entidades gestoras do PORA e do INTERREG.

Para além disso, está a ser organizado um dossier que nos permita lançar hastas públicas de terrenos municipais, de modo a possibilitar mais proventos.

No que toca às despesas correntes, ultrapassou-se 8,5% daquilo que estava orçamentado até 31 de Maio.

No que se refere às despesas de capital, elas mantêm-se elevadas, fruto do saldo transitado do ano passado.

Quanto ao débito a fornecedores, o mesmo situava-se, no dia 31.05.06, em 9.810.836,30€, sendo que os três principais deles são: a ADSE, a GESAMB e a Águas do Centro Alentejo. Neste contexto, decidimos fazer uma avaliação às condições de exercício e temos algumas preocupações no que se reporta ao lançamento de iniciativas novas, inseridas no âmbito das despesas de capital, tendo-se convencionado que se manteria esta orientação e que se iria retirar as verbas que aqui estão consignadas e que ainda não tiveram qualquer tipo de execução, para evitar, por um lado, que com elas se façam gastos e, por outro, que, ao ficarem cativas, possam vir a reforçar algumas rubricas do Orçamento, caso seja necessário.

Por último, procuramos que esta realidade municipal não tenha tradução nas transferências para as Juntas de Freguesia, podendo nós garantir que o «bolo» global se manterá até ao final do ano, o que não quer dizer que não tenhamos de sermos cuidadosos e parcimoniosos, porque não é possível excedermos aquilo que a conjuntura nos impõe e obriga”.

De imediato, a Sra. **Margarida Fernandes** exprimiu: “Quero registar que o arranjo paisagístico da Rua Principal do Bairro de Santa Maria, programado para Abril, ainda não começou e que a beneficiação das condutas da Malagueira já acabou sem que se tenha dado solução à da Rua do Arrife.

Por outro lado, queria perguntar se as acções previstas e não programadas não são para executar este ano? Se assim for, lamento que na Malagueira não sejam resolvidas questões colocadas à CME pela Junta, como sejam o passeio junto às Piscinas, a pavimentação da Rua Larga, a substituição do piso da Av. Batalha do Salado e o arranjo da Praceta da Tapada do Ramalho.

Inquiri, também, se no projecto de remodelação da iluminação pública da zona urbana está pensada uma resposta positiva à proposta da J. F. da Malagueira para o estabelecimento duma parceria com a CME para reforço da electrificação das condutas na área comercial?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Interrogo, ainda, se está planeada a beneficiação dos caminhos das zonas da Quintas de S.to António e das Espadas, incluindo a canada do Monte das Flores?

Por fim, questiono qual foi o critério utilizado para que a C. M. tenha financiado o abastecimento de água às Courelas da Toura e não o tenha feito à Quinta das Espadas”?

Por sua vez, o Sr. **Abílio Fernandes** expressou: “Para analisar a situação financeira da Câmara faltam aqui dois elementos e era importante que eles nos fossem facultados. Um deles diz respeito às obras já realizadas e financiadas pelos fundos comunitários e o outro ao levantamento dos terrenos vendáveis por parte da edilidade.

Como apreciação de ordem geral, os documentos que nos foram enviados revelam-nos que a autarquia continua com uma débil situação financeira.

Aquando da discussão das Contas de Gerência de 2005, subsistiu uma questão de uma gravidade bastante acentuada, que foi o facto de o Sr. Presidente da Câmara ter dito que a dívida deixada pela CDU em 2001 seria maior do que aquela que os documentos tinham revelado. E o mais sério é que o Sr. tenha feito um comunicado, que saiu na comunicação social, a dizer que o débito da CME era de 50 milhões de euros e que havia 20 milhões perdidos, que só foram apurados posteriormente. Ora, um presidente de um município não pode fazer uma afirmação destas. Isto é gravíssimo e é uma desonestidade política. E é gravíssimo porquê? Porque os números têm que ser provados. Na altura em que foram apresentadas as Contas de 2001, que mostravam uma dívida de 35 milhões de euros, o Sr. deveria ter dito que, «para além do valor atrás mencionado, temos aqui a lista das facturas que estão por registar»”.

Depois, tomou a palavra o Sr. **Jorge Lourido**, que frisou: “Das 257 acções de investimento inicialmente previstas, não foram, até ao momento, programadas 110. Das restantes 147, verifica-se que 55 têm agendamento ocupando os 12 meses do ano, o que, salvo rotinas anuais, parece pouco rigoroso.

Nestes primeiros 5 meses, foi projectada a execução física integral de 47 obras e actividades, 29 das quais não observaram os respectivos prazos.

Não se procedeu à programação completa do Plano de Actividades de 2006. Cremos que esta situação é mais o reflexo e a consequência da gestão despesista e eleiçoeira feita o ano passado, tanto assim que várias obras, que tinham começado ou sido anunciadas, continuaram a arrastar-se nos últimos 5 meses, a saber: a praça central de S. Miguel de Machede, o Largo 1º de Maio da Vendinha, o largo de Guadalupe, junto à panificadora, a Rua do Bairro Novo em Azaruja, os espaços exteriores do Centro Comunitário de S. Sebastião da Giesteira, não esquecendo o arco do mestre João Cutileiro e a rotunda de António Charrua.

O Plano de Actividades para 2006 acolheu todas as acções inacabadas de 2005 e considerou acções novas próprias do ano em curso. Do conjunto, 57 vêm agora referenciadas com o código 1, ou seja, com o projecto técnico em fase de execução. Vamos estar atentos às informações da Câmara relativas à elaboração dos mesmos.

Nota positiva para o avanço da ampliação do Parque Industrial.

Sobre o Mercado 1º de Maio, gostaria de propor que nele fosse afixada uma lápide contendo os seguintes elementos: o ano inicial da edificação; o ano de encerramento para a sua remodelação; e a data da sua reabertura”.

Logo após, o Sr. **Victor Saruga** disse: “Recaiu sobre as câmaras, nestes últimos meses, uma nova responsabilidade, que se prende com o meio ambiente e que se tem revelado, para algumas delas, onerosa. Falo da gestão dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos. Segundo a nova legislação que entrou em vigor, a administração dos supracitados incumbiria a uma agremiação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

sem fins lucrativos, constituída para o efeito. Essa associação é a «AMB3E», que recebeu o licenciamento em Abril/06, a qual, a par do Instituto Nacional de Resíduos, fez circular, em Maio passado, uma carta pelos produtores do sector, cujo documento referia que, até ordens em contrário, os distribuidores desses equipamentos estariam obrigados à recolha e as câmaras sujeitas a receber, a armazenar e a tratar os resíduos. Assim, inquiri se a Câmara já tem, neste momento, uma contabilidade feita acerca dos custos que isto representa? Se durante esta fase transitória está a pensar transferir a gestão dos restos em causa para a GESAMB? E se, num caso ou noutro, isto irá representar, de algum modo, um aumento daquilo que o município já paga a nível das taxas municipais”?

Depois foi concedido o uso da palavra ao Sr. **José Piteira** que referiu que, tendo o Sr. José Ernesto declarado que as Juntas tinha que fazer alguns sacrifícios e que iriam ficar algumas obras suspensas nalgumas Freguesias, percebera, pela apreciação que fizera aos mapas, que todos os projectos para N.ª Sra. de Machede estavam cativos, excepto a Casa Mortuária. Nesta conformidade, solicitou ao Sr. Presidente da CME que confirmasse se o seu raciocínio estava correcto.

Aflorando o discurso proferido pelo Sr. A. Fernandes, o Sr. **Francisco Chalaça** contrapôs: “É obvio que em Março de 2002 ninguém conseguiria ter todas as facturas reunidas, até porque houve necessidade de fazer um aturado trabalho, ao longo de dois anos, para identificar esse conjunto de créditos que estavam espalhados pelos diversos serviços”.

Posteriormente foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da CME** que, acerca dos apontamentos e das interrogações colocadas pela Sra. Margarida Fernandes e pelo Sr. José Piteira, respondeu: “É intenção do Executivo, prosseguindo uma política de não discriminar qualquer Freguesia, ir dando concretização às necessidades de cada uma. Aquilo que eu disse foi que o primeiro Plano de Actividades do actual mandato prevê as execuções num projecto ao longo de 4 anos, ou seja, há aqui muitas intervenções calculadas que só irão ter realização nos próximos exercícios.

Quanto ao abastecimento de água às Courelas da Toura, faço notar que nesse lugar moram cerca de 100 famílias que nunca tiveram água canalizada e como a nova conduta passa perto das suas casas, decidimos efectuar os trabalhos necessários para o efeito, até porque as pessoas estavam a beber de furos situados a 5 metros de fossas.

Relativamente às palavras do Sr. A. Fernandes, disse: “Refuto-as em absoluto e para lhe demonstrar que tenho razão, vou entregar-lhe as actas de todas as reuniões de Câmara ocorridas entre os dias 8 de Janeiro e 30 de Junho de 2002, para verificar a quantidade de facturas, dos anos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, cujo montante ascendia a 20 milhões de euros, que não estavam contabilizadas e que vieram à presença do Executivo para autorizar a sua inclusão no Orçamento. O valor do défice era de 70 milhões e não de 50 milhões de euros, como o Sr. disse.

No que concerne ao que foi afirmado pelo Sr. J. Lourido, que classificou a administração de despesista, de eleiçoeira e depois terminou com a «graçola» da placa. Terei todo o gosto de a pôr lá e, até, explicar porquê! Porque é que o projecto foi aprovado e qual. Porque é que aquilo se transformou num campo de exploração arqueológico. Porque é que durante 2 anos esteve parado para se resolver o diferendo com a arqueologia. Porque é que o projecto teve que ser complementado desde a instalação eléctrica até aos elevadores, até à segurança, até à higiene e limpeza e até aos esgotos, que não estavam no desenho inicial. Como é que foi formada a empresa que os Srs. já tinham perspectivado mas que não fizeram nada para a construir. O tempo que se demorou a mudar a candidatura, que estava no Ministério da Economia, da CME para a empresa, porque só assim é que se podia receber. Conto-lhe essa história toda e a responsabilidade que cada um teve no processo e depois pomos a lápide.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. A. Murteira declarou, há pouco, que os Srs. preparavam as reuniões. O que eu acho estranho é que ninguém nesses encontros vos tenha contado essas coisas todas, dado que isso é do conhecimento de muita gente da CDU, que tinham, e alguns ainda têm, responsabilidades efectivas na gestão interna das obras da C. M..

Acerca do depoimento do Sr. V. Saruga, a intenção da Vereação é atribuir essa função à GESAMB, não fazendo recair isso sobre os munícipes, já que o contrato que a dita tem connosco é o de recolha, gestão, selecção e reciclagem de todos os resíduos sólidos”.

Foi dada, de seguida, a palavra à Sra. **Margarida Fernandes** que observou: “Eu peço ao Dr. José Ernesto que reavalie a situação da ligação da água e esgotos às Espadas, pelo seguinte: todos os critérios que anunciou para as Courelas da Toura são aplicáveis àqueles casos, tanto assim que a rede da água e esgotos está para cá do ribeiro e as seis famílias moram para lá dele, com escrituras feitas antes de 1950”.

Dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** este retorquiu: “A Sra. tem razão naquilo que está a dizer, mas o Executivo também possui as suas. De certo que encontraremos uma solução para fornecer água de qualidade às pessoas”.

Finda a intervenção do Dr. José Ernesto, o Sr. **Presidente** deu por terminado o 1º ponto da agenda.

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE A ENTRADA EM VIGOR DO NOVO REGIMENTO

O Sr. **Presidente** comunicou que se tratava apenas de decidir a data de entrada em vigor do Regimento, uma vez que o mesmo já havia sido aprovado, não deixando de manifestar a sua intenção de quando for feita a convocação para a sessão de Setembro/06 os membros da AME já estarem munidos do texto actualizado.

O Sr. **Rui Rosado** anunciou que o Grupo Municipal do PS propunha o dia **1 de Setembro de 2006** para o efeito.

Como não surgiram mais sugestões, o Sr. **Presidente** colocou a proposta em causa à votação, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (um da CDU, três do PSD e 19 do PS), um voto contra da CDU e seis abstenções da CDU.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário aprovou em minuta, por unanimidade, o ponto **3** da ordem de trabalhos desta reunião, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em virtude de ninguém da assistência ter desejado usar da palavra e não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente** encerrou a sessão pelas vinte e uma horas e vinte minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Carmen Maria de Assunção Cangarato

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada na sessão de 30/09/06 por 25 votos a favor e 12 abstenções)